

Como fazer os programas de transferência de renda funcionarem bem para mulheres e crianças?

Charlotte Bilo, Anne Esser e Raquel Tebaldi, Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG)

Existe um consenso crescente de que características de projeto sensíveis às questões de gênero e às crianças podem aumentar a contribuição dos programas de transferência de renda (PTR) à igualdade de gênero. Entretanto, não há recomendações universalmente válidas sobre como fazer os PTR mais sensíveis às questões de gênero e às crianças. Cada programa funciona dentro das limitações impostas por seu contexto sociocultural e institucional. De qualquer maneira, as seguintes ponderações a respeito de diferentes etapas de tais programas, inferidas da experiência internacional, podem ser consideradas.

Análise de gênero e situacional: necessidades e vulnerabilidades

Antes de implementar um PTR, devem ser conduzidos um levantamento de necessidades e uma análise situacional para melhor entender as realidades vividas por mulheres e crianças e para antecipar possíveis efeitos negativos do programa. Essa análise é também crucial para avaliar se o programa proposto é apropriado para dado contexto, considerando capacidades econômicas e institucionais bem como fatores sociais.

Focalização

O objetivo final da proteção social sensível às crianças é a realização de pisos universais de proteção social, enfatizando a necessidade de se trabalhar para alcançar auxílios infantis universais. Em contextos de restrições fiscais ou de outro tipo, a focalização deve ser realizada com base em dados sólidos e confiáveis. Quando se escolhe usar a focalização comunitária, os comitês de seleção devem ser tão diversos e livres de vieses quanto possível. Qualquer que seja o método escolhido, não se deve poupar esforços para reduzir os erros de exclusão, especialmente. Também se deve buscar assegurar que participação no programa não leve à estigmatização dos beneficiários.

Registro e inscrição

É importante que a linguagem usada para se referir a beneficiários em potencial seja sensível a questões de gênero e a contextos específicos. Organizações (locais) de mulheres podem ajudar a alcançar beneficiários. Quanto à inscrição, a identificação biométrica, os cartões eletrônicos ou a identificação fotográfica são possíveis alternativas à documentação tradicional, especialmente para pessoas cujo local de moradia muda frequentemente e que não possuem identificação civil.

Recebedores do benefício

A preferência por transferir o benefício para mulheres é geralmente alicerçada pelos pressupostos de que elas são as cuidadoras primárias do domicílio e que elas gastarão o benefício de uma maneira mais “sensível à família”. Entretanto, esses pressupostos estão atrelados a essencialismos de gênero. Ademais, resultados de pesquisas comparando padrões de gasto entre homens e mulheres permanecem heterogêneos. Uma forma de se lidar com essa questão é desatrelar a escolha de beneficiário de seu sexo, destinando o benefício ao “cuidador principal” ao invés da “mãe”, por exemplo.

Nível do benefício

Estudos mostram que o impacto de um programa aumenta de acordo com o valor da transferência. O benefício deve ser ajustado regularmente, refletindo a variação constante do custo de vida. Quando indicadores relevantes – tais como matrícula escolar – indicam disparidades de gênero, pode-se considerar benefícios adicionais para meninas.

Modalidades de pagamento e mecanismos de entrega

Para melhorar o impacto dos PTR, é importante que os pagamentos sejam previsíveis e regulares. Além disso, uma maior duração pode trazer melhorias nos indicadores de desenvolvimento humano.



Qualquer que seja o método de pagamento escolhido, deve-se garantir boa cobertura e disponibilidade de pontos de pagamento próximos aos beneficiários. Deve-se, também, preferir métodos que não exijam filas longas, de modo a reduzir a estigmatização e a pobreza de tempo das mulheres.

Condicionalidades, corresponsabilidades e campanhas de sensibilização

Como não há consenso final a respeito da necessidade das condicionalidades para alcançar os objetivos de PTRs, ainda há muitos debates sobre o seu uso. Além disso, críticos ressaltam que as condicionalidades reforçam papéis tradicionais de gênero e aumentam a pobreza de tempo das mulheres, visto que recai sobre elas a responsabilidade de cumpri-las. Por essas e outras razões, muitos países começaram a implementar “condicionalidades suaves”. Campanhas de sensibilização podem ajudar a alcançar mudanças no comportamento.

Serviços de cuidado e encaminhamento

A abordagem “cash plus” atende à necessidade de se complementar os PTR com serviços adicionais, para se alcançar mudanças duradouras na construção de capital humano e empoderamento econômico e social. Os cadastros únicos ajudam a facilitar o encaminhamento de beneficiários a serviços e programas complementares.

Participação de beneficiários, auditorias e responsabilização social

Para garantir que um programa leve a perspectiva dos seus beneficiários em consideração, é fundamental incluir mulheres e crianças desde o início em seu projeto. Além disso, para permitir que cidadãos reclamem a respeito de serem excluídos sem justificativa, tratados mal ou injustamente, é crucial que os programas tenham mecanismos de queixa abrangentes e culturalmente aceitáveis.

Monitoramento e avaliação (M&A)

Para qualquer abordagem de M&A, é importante coletar dados desagregados por gênero e idade. Se possível, deve-se avaliar o impacto de um dado programa no empoderamento feminino, acesso a serviços e bem-estar infantil – incluindo saúde, nutrição e educação. Para tanto, é importante combinar abordagens quantitativas e qualitativas. Qualquer que seja o método escolhido para o estudo, precisa-se garantir que cumpra com princípios éticos.

Referência:

BILO, Charlotte; ESSER, Anne. “How can cash transfer programmes work for women and children? A review of gender- and child-sensitive design features”. IPC-IG Working Paper 178. Brasília: International Policy Centre for Inclusive Growth, 2018.